APLICAÇÃO DE PENALIDADES — COMPETÊNCIA — PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

— As restrições postas à competência para aplicação de penas disciplinares (art. 242 do Estatuto dos Funcionários) não se entendem com a autoridade do Presidente da República, do mesmo modo por que não afetam a do ministro em referência à dos chefes de serviço, quando subordinados aos de repartição.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 3.014

Em 24 de setembro de 1943. — Excelentíssimo Senhor Presidente da República. — Joter de Sousa Nascimento, escrivão E, do Q.U. do M.T. pediu reconsideração ao titular da referida pasta do ato que lhe impôs a pena de suspensão pelo prazo de sessenta dias por ter “usado de termos agressivo aos seus superiores, fazendo-lhes acusações não comprovadas e revelando-se assim, indisciplinado”, quando no exercício da função de praticante de escritório, ref. III, da V.F.F.L.B.

2. Inicialmente, cumpre esclarecer :

a) que a penalidade lhe fôra imposta por decisão do Sr. Presidente da República;

b) que o ato do Sr. Ministro deu, apenas, execução àquela decisão, exarada na E.M. n.º 2.385, de 22-9-41, do D.A.S.P., atinente ao inquérito instaurado naquela ferrovia, a fim de apurar fatos articulados contra a administração da aludida Estrada; e

c) que, nesta conformidade, *ex-vi* da circular n.º 11, de 1942, da S.P.R. deveria ter sido o pedido, desde logo, mandado arquivar pelo titular daquela pasta por infringente da alínea a do item I do art. 221 do E.F., sem prejuízo de nova solicitação, se não houvesse decorrido o prazo legal para o fazer interessado.

3. Alegou o suplicante :

a) que, citado para apresentar sua defesa, então oferecida em 15-1-44 foi surpreendido pelo ato, de 27 desse mês, da Diretoria daquela Estrada, pensando-o da função ali exercida;

b) que lhe não foi pago o salário correspondente aos dias de serviço prestado;

c) que não reclamou contra o ato de sua dispensa;

d) que, posteriormente, lhe foi imposta a pena de suspensão, à vista da referida E.M. n.º 2.385, de 1941 (item 2), tendo sido, assim, punido duas vezes pela mesma falta;

e) que “os termos agressivos”, pela C.I. encontrados em suas declarações e determinantes da aludida suspensão (item 1 cit.), foram ditados pelo propósito de colaboração com as autoridades administrativas, e se referiram ao primeiro inquérito instaurado naquela Estrada; e

f) que devem ser examinadas as razões que lhe assistiram nos mencionados inquéritos da Estrada e as atuais que ora lhe assistem.

4. Apreciando o assunto, disse a M.T. :

a) que o peticionário, ex-praticante de escritório da V.F.F.L.B., foi suspenso em virtude de despacho do Sr. Presidente da República. (E.M. n.º 2.385, de 1941, do D.A.S.P.), pelos motivos já expostos (item 2);

b) que não se justifica o reexame das razões oferecidas pelo requerente no inquérito administrativo, visto que foram devidamente consideradas e constam de processo já encerrado e julgado, em última instância;

c) que é destituída de fundamento a alegação de haver sido encorajado pelo D.A.S.P.;

d) que o presente processo não oferece elementos que permitam concluir ter tido caráter punitivo a sua dispensa da função exercida naquela ferrovia;

e) que, entretanto, mesmo nesse caso, nenhum motivo justificaria fôsse relevada a suspensão imposta, à vista do processo regular, em que ficou evidenciada sua responsabilidade;

f) que, de fato, a ser cancelada uma das penalidades, na hipótese de ter havido a duplicidade alegada, deve prevalecer a que foi ordenada pelo Senhor Presidente da República, cabendo ao interessado, querendo, pleitear sua readmissão na função anteriormente exercida, de acôrdo com a lei em vigor; e

g) que, porém, na forma do parecer do seu consultor jurídico, tendo, apenas, executado resolução do Presidente da República, lhe não cabe julgar o pedido, opinando, entretanto, pelo respectivo indeferimento.

5. Examinando a matéria, verificou o D.A.S.P. :

a) que o suplicante não provou ter sido sua dispensa determinada pela mesma falta, sendo certo que, na espécie, se o tivesse feito, tudo estaria convalidado pela prescrição do direito de reclamação, de que não usou em tempo próprio (alínea c do item 3); e

b) que não só é injustificável o reexame solicitado de sua defesa, oferecida no processo em que foi julgado (alínea f do item 3), como também é evidente que não equivale isso a novos argumentos fundamentais de todo pedido de reconsideração (item II do art. 221 do E.F.).

6. Isto pôsto, administração é govêrno, direção e gerência; é sistema e método, ordem e subordinação.

7. Superintende-a o Presidente da República (art. 73 da Constituição), que, nessa qualidade, enfeixa, sem contraste, competências e atribuições, poderes e faculdades, originária e gradualmente reconhecidos aos diversos órgãos que a completam e integram, na forma da hierarquia estabelecida.

8. Consequentemente, as restrições postas à competência para a aplicação de penas disciplinares (art. 242 do E. F.) não se entendem com a sua autoridade, do mesmo modo por que não afetam à do ministro em referência à dos chefes de repartição e a dêstes relativamente à dos chefes de serviços, quando subordinados aos de repartição.

9. Diversa, evidentemente, não poderá ser a conclusão, visto que, de boa mente, ninguém dirá que o ministro, competente para a aplicação de penas, nos casos de suspensão por mais de trinta dias, não possa fazê-lo por prazo menor, e tão pouco esteja impedido de impor as demais penalidades, exceto as de demissão e disponibilidade, da alçada exclusiva do Presidente da República.

10. E, guardadas as devidas proporções, o mesmo acontece às demais autoridades inferiores, hierárquicamente estabelecidas, dispensando-se o recur-

so à analogia para fixar quem impõe a penalidade e quem, na hipótese em, exame, executa a respectiva decisão, porquanto tudo isso transparece da respectiva disposição legal.

11. À vista do exposto, punido, como foi, *ex-vi* de despacho, ou ordem superior, sòmente ao Presidente da República deveria ter o interessado pedido reconsideração (item II, *in fine*, do art. 221 do E.F.), oferecendo novos argumentos, sob pena de se lhe não tomar conhecimento.

12. E foi, precisamente, o que não fêz o requerente, limitando-se, por outro lado, e em última análise, a solicitar reexame de sua defesa, já devidamente apreciada e julgada improcedente e irrelevante em processo findo.

13. Nestas condições, o D.A.S.P. restitui o processo e, de acôrdo com o M.T. e seu consultor jurídico, opina pelo indeferimento do pedido, encaminhando-se o mesmo processo àquele Ministério, para os devidos fins. — *Luís Simões Lopes*, presidente.

Aprovado. 24-9-43. — G. VARGAS.